


**A HERANÇA INTERROMPIDA: O PAPEL DA PEDAGOGIA FRENTE AO
DESINTERESSE LITERÁRIO E O RISCO DE SILENCIAMENTO DE NOVOS GÊNIOS
NACIONAIS**

**THE INTERRUPTED LEGACY: THE ROLE OF PEDAGOGY IN THE FACE OF
LITERARY DISINTEREST AND THE RISK OF SILENCING NEW NATIONAL
GENIUSES**

**EL LEGADO INTERRUMPIDO: EL PAPEL DE LA PEDAGOGÍA ANTE EL DESINTERÉS
LITERARIO Y EL RIESGO DE SILENCIAR A LOS NUEVOS GENIOS NACIONALES**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n6-004>

Data de submissão: 01/05/2026

Data de publicação: 01/06/2026

Tamires Iwanczuk de Oliveira

Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa Literatura e Artes

Instituição: FAVENI

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9741426717543631>

RESUMO

O desinteresse pela leitura literária entre estudantes brasileiros configura um fenômeno pedagógico que compromete a formação cultural e intelectual das novas gerações. Este estudo analisa as relações entre as práticas pedagógicas vigentes, o afastamento progressivo dos jovens da literatura nacional e o conseqüente risco de silenciamento de vozes criativas com potencial de produção literária de alto valor. A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada em revisão sistemática da literatura especializada em educação, pedagogia crítica e formação leitora. Os resultados apontam que modelos pedagógicos de caráter disciplinador, associados à ausência de representatividade nos acervos escolares e à fragilidade das políticas públicas voltadas à promoção da leitura, constituem os principais vetores do distanciamento literário. As análises indicam que a escola reproduz estruturas de silenciamento cultural que inibem talentos literários nascentes, especialmente em contextos periféricos e racialmente marginalizados. O estudo conclui que a renovação das práticas pedagógicas, orientada por perspectivas decoloniais e pela valorização da diversidade literária brasileira, representa o caminho pedagógico para reverter esse quadro.

Palavras-chave: Desinteresse Literário. Pedagogia Crítica. Silenciamento Cultural. Formação Leitora.

ABSTRACT

The lack of interest in literary reading among Brazilian students represents a pedagogical phenomenon that compromises the cultural and intellectual formation of new generations. This study analyzes the relationships between current pedagogical practices, the progressive distancing of young people from national literature, and the consequent risk of silencing creative voices with the potential for high-value literary production. The research adopts a qualitative approach of bibliographic and exploratory nature, grounded in a systematic review of specialized literature in education, critical pedagogy, and reader formation. The results indicate that disciplinary pedagogical models, combined with the absence of representativeness in school collections and the fragility of public policies aimed at promoting reading, constitute the main vectors of literary distancing. The analyses reveal that schools reproduce structures of cultural silencing that inhibit emerging literary talents, especially in

peripheral and racially marginalized contexts. The study concludes that the renewal of pedagogical practices, guided by decolonial perspectives and the valorization of Brazilian literary diversity, represents the pedagogical path to reverse this situation. The findings point to the need for curricular restructuring that incorporates peripheral cultural expressions and ancestral narratives as legitimate reading objects, thereby expanding students' literary repertoire and creating conditions for the emergence of new national literary geniuses.

Keywords: Literary Disinterest. Critical Pedagogy. Cultural Silencing. Reader Formation.

RESUMEN

La falta de interés por la lectura literaria entre el alumnado brasileño constituye un fenómeno pedagógico que compromete el desarrollo cultural e intelectual de las nuevas generaciones. Este estudio analiza la relación entre las prácticas pedagógicas actuales, el progresivo distanciamiento de los jóvenes de la literatura nacional y el consiguiente riesgo de silenciar voces creativas con potencial para una producción literaria de gran valor. La investigación adopta un enfoque cualitativo, bibliográfico y exploratorio, basado en una revisión sistemática de la literatura especializada en educación, pedagogía crítica y desarrollo lector. Los resultados indican que los modelos pedagógicos disciplinares, asociados a la falta de representatividad en las colecciones escolares y la fragilidad de las políticas públicas destinadas a promover la lectura, constituyen los principales vectores del distanciamiento literario. Los análisis indican que la escuela reproduce estructuras de silenciamiento cultural que inhiben el surgimiento de talentos literarios, especialmente en contextos periféricos y racialmente marginados. El estudio concluye que la renovación de las prácticas pedagógicas, guiadas por perspectivas decoloniales y la valoración de la diversidad literaria brasileña, representa el camino pedagógico para revertir esta situación.

Palabras clave: Desinterés Literario. Pedagogía Crítica. Silenciamiento Cultural. Desarrollo del Lector.

1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira constitui um dos patrimônios mais expressivos da identidade nacional, reunindo séculos de produção textual que documentam tensões sociais, resistências culturais e elaborações estéticas de inegável riqueza. Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto, Clarice Lispector e tantos outros nomes formam uma constelação literária que deveria ser transmitida, geração após geração, como herança viva e orgânica. A escola, por sua posição institucional, ocupa o papel central nessa transmissão. Quando essa função se fragiliza, a herança literária se interrompe, e com ela o potencial de surgimento de novos autores que transformariam a cena cultural do país.

O problema que motiva este estudo parte de uma constatação objetiva: pesquisas recentes apontam que os índices de leitura literária entre jovens brasileiros em idade escolar seguem em declínio, ao passo que as práticas pedagógicas de mediação leitora permanecem atreladas a modelos tradicionais que tratam o texto literário como pretexto gramatical ou como objeto de avaliação quantitativa. Esse quadro não representa apenas uma perda cultural coletiva; representa, com maior precisão, a supressão sistemática de vozes que poderiam renovar a literatura nacional. A pergunta central que orienta esta pesquisa é: de que forma as práticas pedagógicas atuais contribuem para o desinteresse literário dos estudantes brasileiros e, por consequência, para o silenciamento de potenciais novos escritores nacionais?

A relevância deste estudo se sustenta em múltiplas dimensões. A primeira delas é histórica: a literatura brasileira se construiu, em grande medida, a partir de vozes que superaram barreiras sociais, raciais e econômicas para chegarem ao reconhecimento público. Quando a escola falha na mediação leitora, as barreiras que antes eram externas passam a ser internalizadas como desinteresse, como incapacidade ou como indiferença. Adams e Arrua (2023) apontam que "o pensamento educacional brasileiro carregou, desde suas origens, matrizes que hierarquizavam saberes e sujeitos" (p. 6), o que revela que o silenciamento literário não é neutro: ele é seletivo e age com maior força sobre sujeitos racializados e periféricos.

A segunda dimensão de relevância é pedagógica. A formação do leitor literário não se realiza de forma espontânea; ela depende de mediação intencional, de escolhas curriculares afirmativas e de ambientes escolares que tratem a literatura como linguagem viva. Bairros e Fetzner (2023) argumentam que "a gestão escolar e as práticas pedagógicas que dela derivam refletem as disputas políticas sobre quais saberes merecem circular no interior da escola" (p. 4165), sinalizando que o problema do desinteresse literário não se resolve apenas com técnicas de ensino, mas exige transformações estruturais na governança educacional.

A terceira dimensão é sociocultural. O distanciamento dos jovens da literatura nacional está associado à ausência de representatividade nos acervos escolares. Quando os estudantes não encontram suas experiências, suas histórias e suas linguagens nos textos que a escola oferece, o desinteresse se instala como resposta legítima à exclusão simbólica. Ferreira (2023) sustenta que "os valores civilizatórios afro-brasileiros são sistematicamente ausentes das práticas letradas escolares" (p. 130), o que torna a crise do letramento literário também uma crise de pertencimento cultural.

Este estudo tem como objetivo geral analisar de que forma as práticas pedagógicas vigentes nas escolas brasileiras contribuem para o desinteresse literário dos estudantes e para o silenciamento de novos talentos literários nacionais. Para o alcance desse objetivo, delimitam-se os seguintes objetivos específicos: identificar os modelos pedagógicos que estruturam o ensino de literatura nas escolas brasileiras e seus reflexos sobre a formação leitora; examinar as relações entre ausência de representatividade literária e o afastamento progressivo dos jovens da leitura; analisar o papel das políticas públicas de leitura na constituição ou no agravamento desse quadro; e discutir perspectivas pedagógicas orientadas por abordagens decoloniais como alternativas ao modelo vigente.

A hipótese central que orienta a análise é a de que o desinteresse literário juvenil não é um fenômeno espontâneo, mas o resultado previsível de um conjunto de escolhas pedagógicas e curriculares que excluem, hierarquizam e empobrecem a experiência literária no ambiente escolar. Essa hipótese se ancora na compreensão de que a escola não é um espaço neutro de transmissão cultural, mas um campo de disputas onde determinados saberes são legitimados e outros são suprimidos.

O artigo organiza-se da seguinte forma: a seção de Referencial Teórico apresenta os principais conceitos e perspectivas que sustentam a análise, articulando contribuições da pedagogia crítica, dos estudos culturais e das epistemologias decoloniais; a seção de Metodologia descreve os procedimentos e critérios adotados na condução da pesquisa bibliográfica; a seção de Resultados e Discussão interpreta os achados à luz do referencial adotado; e as Considerações Finais sintetizam as conclusões e apontam direções para pesquisas e intervenções pedagógicas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre escola e literatura no Brasil nunca foi isenta de tensões. O ensino literário oscilou, ao longo da história educacional do país, entre a função estética, a função moral e a função gramatical, sem que nenhuma dessas orientações tivesse conseguido, de forma consistente, formar leitores autônomos e apaixonados pelo texto. Essa oscilação não é acidental; ela reflete disputas

históricas sobre quais culturas, quais vozes e quais narrativas merecem ser transmitidas pela instituição escolar.

A escola, como instituição formativa, carrega a responsabilidade de apresentar aos estudantes os instrumentos culturais que permitem a leitura crítica do mundo. A literatura ocupa, nesse processo, uma posição singular: ela não apenas transmite informações, mas forma subjetividades, amplia repertórios afetivos e cria vínculos entre o leitor e a experiência humana em sua pluralidade. Quando o ensino literário se reduz à identificação de figuras de linguagem ou à memorização de datas de publicação de obras canônicas, essa função formativa se perde, e a literatura se transforma em obstáculo ao invés de abertura.

Filho e Miranda (2023) argumentam que "as práticas culturais periféricas permanecem sub-representação na literatura científica e nos currículos escolares, configurando um apagamento sistemático de saberes produzidos fora dos centros hegemônicos" (p. 8). Essa constatação ilumina uma dimensão estrutural do problema: a crise do letramento literário não afeta de maneira uniforme todos os estudantes brasileiros. Ela recai com maior peso sobre aqueles cujas referências culturais não encontram ressonância nos cânones que a escola privilegia.

A pedagogia crítica, cujas bases mais reconhecidas se assentam no pensamento de Paulo Freire, propõe que o ato educativo não pode se dissociar do contexto histórico e social dos sujeitos envolvidos. Para essa perspectiva, o ensino da leitura não é um ato técnico, mas político: ler o mundo precede a leitura da palavra, e a formação do leitor literário exige que o texto faça sentido para a vida concreta do estudante. Quando a escola apresenta a literatura como um objeto distante, pertencente a um universo cultural alheio à experiência do aluno, produz-se o afastamento que hoje se observa nos dados sobre hábitos de leitura da população jovem.

Frohmut e Ramirez (2020) defendem que "as narrativas formativas constituem tanto método quanto fenômeno de pesquisa, revelando que as histórias de vida dos sujeitos são também fontes legítimas de conhecimento pedagógico" (p. 16). Essa perspectiva, aplicada ao ensino literário, sugere que a mediação da leitura precisa reconhecer as narrativas que os estudantes já carregam como ponto de partida legítimo para o encontro com a literatura canônica e não canônica. O professor que ignora as histórias que seus alunos já contam perde a oportunidade de transformar essas histórias em pontes para a experiência literária ampliada.

A pedagogia crítica não se limita, portanto, a uma crítica ao modelo tradicional de ensino. Ela propõe uma reorientação epistemológica que reconhece a experiência cultural periférica como saber válido e como matéria literária potencialmente transformadora. O jovem que cresce em uma comunidade com tradições orais, com práticas narrativas próprias, com repertórios poéticos

populares, já é, em alguma medida, um literato em formação. Cabe à escola reconhecer esse potencial e cultivá-lo, e não suprimi-lo pela imposição de um padrão único de literaridade.

A ausência de representatividade nos acervos e currículos escolares constitui um dos fatores mais recorrentemente apontados pela literatura especializada como determinante do desinteresse literário. Quando os estudantes não encontram personagens, histórias e contextos que reflitam suas próprias experiências, a distância entre o texto e o leitor se torna pedagógica e afetivamente intransponível.

Franzolin *et al.* (2020) observam que "a transposição didática de conteúdos complexos exige que o professor reconheça as matrizes culturais e identitárias dos estudantes como variáveis pedagógicas relevantes" (p. 245). Embora o contexto original da citação seja o ensino de ciências, o princípio se aplica com precisão ao campo literário: a mediação do texto literário precisa considerar quem é o leitor, de onde ele vem e quais são os repertórios culturais que ele porta. Uma pedagogia literária que desconsidera essas variáveis não apenas fracassa na formação de leitores; ela produz ativamente o desinteresse que pretende combater.

A representatividade literária não se reduz à presença de determinados grupos nos textos escolhidos para leitura. Ela envolve, de forma mais ampla, a legitimação de múltiplas formas de produção literária, incluindo a literatura oral, a literatura de cordel, a poesia periférica, os saraus e as escritas autobiográficas de sujeitos historicamente silenciados. Quando a escola reconhece essas formas como literatura, ela amplia o campo do literário e, com isso, amplia também o número de jovens que se percebem como potenciais escritores.

O conceito de silenciamento cultural designa os mecanismos pelos quais determinadas vozes, saberes e expressões são sistematicamente excluídos dos espaços de legitimação social. No campo literário, esse silenciamento opera de formas variadas: pela ausência de determinados autores nos currículos, pela desqualificação de determinadas formas expressivas, pela falta de acesso a livros e bibliotecas em regiões periféricas e pela ausência de estímulos pedagógicos que conectem os estudantes à prática da escrita criativa.

O risco de silenciamento de novos gênios literários nacionais não é uma metáfora; é uma consequência mensurável de desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional. A história da literatura brasileira já registra casos em que talentos extraordinários emergiram apesar das condições adversas, como Carolina Maria de Jesus, que escreveu *Quarto de Despejo* entre turnos de catação de papel. Quantos outros talentos semelhantes foram silenciados antes de alcançar o papel?

Frohmut e Ramirez (2020) registram ainda que "as narrativas de formação docente revelam o peso das condições institucionais sobre a criatividade e a autonomia pedagógica" (p. 22), o que

sinaliza que o silenciamento dos talentos literários dos estudantes começa, muitas vezes, pelo silenciamento dos próprios professores dentro de estruturas escolares rígidas e hierarquizadas. A renovação pedagógica necessária para reverter o quadro do desinteresse literário depende, portanto, de transformações que alcancem também a formação e a autonomia docente.

As perspectivas decoloniais oferecem ferramentas teóricas e pedagógicas para repensar o ensino literário a partir de uma crítica às hierarquias culturais que o colonialismo instaurou e que o sistema educacional brasileiro reproduz. Essas perspectivas não rejeitam o cânone literário ocidental; propõem, sim, que ele seja lido em diálogo com outras tradições literárias e que a escola deixe de tratá-lo como o único horizonte de excelência estética.

Filho e Miranda (2023) apontam que "a invisibilidade das práticas culturais periféricas na literatura científica é reflexo direto de uma epistemologia que hierarquiza o conhecimento segundo critérios de origem geográfica e étnica" (p. 12). Transposta para o campo literário escolar, essa observação indica que a seleção dos textos que compõem o currículo literário não é um ato estético neutro, mas um ato político que define quais sujeitos se reconhecem como leitores e quais se percebem como estranhos à tradição literária que a escola celebra.

A superação do desinteresse literário exige, portanto, uma revisão curricular que incorpore a pluralidade da produção literária brasileira, reconheça as expressões literárias de comunidades periféricas, indígenas e afro-brasileiras como legítimas e forme professores capazes de mediar essa pluralidade com competência pedagógica e sensibilidade cultural. Essa não é uma tarefa simples, mas é a única que pode romper o ciclo de silenciamento e abrir espaço para que os novos gênios literários nacionais encontrem na escola um lugar de reconhecimento e não de apagamento.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e objetivo exploratório, voltada à análise das relações entre práticas pedagógicas, desinteresse literário juvenil e o silenciamento de potenciais novos escritores nacionais. A opção pela pesquisa bibliográfica se justifica pela natureza do objeto investigado: trata-se de um fenômeno pedagógico e cultural complexo, cujas dimensões se revelam com maior precisão por meio da análise crítica da produção acadêmica especializada do que por instrumentos de coleta de dados primários.

A pesquisa bibliográfica, conforme amplamente reconhecido na literatura metodológica em educação, permite ao pesquisador mapear o estado do conhecimento sobre determinado tema, identificar lacunas teóricas e construir sínteses analíticas que orientam tanto a compreensão do fenômeno quanto a formulação de perspectivas de intervenção. Nascimento, Castro e Brazão (2022)

apontam que as abordagens pedagógicas de base ancestral e comunitária demandam, para sua investigação, metodologias que valorizem a profundidade interpretativa em detrimento da extensão amostral, o que reforça a pertinência da abordagem qualitativa adotada neste estudo.

O corpus bibliográfico foi construído por meio de levantamento sistemático em bases de dados científicas de acesso aberto, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Scholar. Os descritores utilizados na busca foram: "ensino de literatura", "formação leitora", "pedagogia crítica", "desinteresse literário", "letramento literário", "silenciamento cultural" e "decolonialidade e educação". O recorte temporal privilegiou publicações entre 2018 e 2024, garantindo atualidade e pertinência das referências mobilizadas.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos textos foram: aderência temática ao objeto de pesquisa, publicação em periódicos científicos com avaliação por pares, e contribuição efetiva para a compreensão das relações entre pedagogia, literatura e formação cultural. Os critérios de exclusão abrangeram textos sem identificação de autoria, publicações sem revisão editorial científica e trabalhos que abordassem o tema de forma tangencial sem aprofundamento analítico.

Nunes (2023) ressalta que a perspectiva autobiográfica e relacional de Paulo Freire sobre a leitura do mundo como precursora da leitura da palavra fornece uma orientação metodológica valiosa para pesquisas que investigam o letramento literário em contextos marcados por desigualdade racial e social. Essa orientação foi incorporada como lente analítica na leitura e interpretação do corpus bibliográfico selecionado, conferindo à análise uma perspectiva crítica que ultrapassa a mera descrição bibliográfica.

A análise dos textos selecionados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo temática, procedimento que organiza o material bibliográfico em categorias analíticas definidas a partir dos objetivos da pesquisa. As categorias construídas foram: modelos pedagógicos e seus reflexos sobre a formação leitora; ausência de representatividade literária e desinteresse; políticas públicas de leitura e seus limites; e perspectivas pedagógicas decoloniais como alternativas ao modelo vigente.

Pereira (2023) demonstra que estudos de revisão em áreas das humanidades e das artes, como a educação musical, requerem rigor analítico na categorização das fontes, a fim de garantir que as sínteses produzidas reflitam o estado real do conhecimento e não apenas perspectivas parciais do pesquisador. Esse princípio metodológico foi adotado como orientação para a construção das categorias analíticas e para a interpretação dos textos levantados.

Rodrigues e Mailer (2021) argumentam que políticas linguísticas e culturais se constroem a partir de escolhas que determinam quais formas de expressão são legitimadas nos espaços institucionais, o que implica que a análise de políticas educacionais voltadas ao letramento literário precisa considerar as dimensões ideológicas que estruturam essas escolhas. Esse entendimento orientou a análise da seção de Resultados e Discussão, especialmente no que se refere ao exame das políticas públicas de leitura e seus limites pedagógicos.

Os aspectos éticos da pesquisa foram observados por meio da correta identificação e referenciação de todas as fontes consultadas, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 14724:2024). A pesquisa não envolveu sujeitos humanos, o que dispensa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. A limitação metodológica central do estudo reside no fato de que a pesquisa bibliográfica não permite a verificação empírica direta das hipóteses formuladas; tal verificação demanda estudos de campo de natureza etnográfica ou quase-experimental que podem ser conduzidos em fases subsequentes de investigação.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Frohmut, B. D. F.; Ramirez, R. A.	Narrativas formativas: método e fenômeno de pesquisa a ser aplicado na formação docente	2020	Contribui para o debate metodológico na formação docente ao apresentar as narrativas formativas como recurso de pesquisa e reflexão sobre a prática educativa.
Franzolin, F.; Prochazka, L. S.; Pietri, A. P. Z. S. de; Carvalho, G. S. de	Complexidade genética e a expressão da cor da pele, cor dos olhos e estatura humana: transposição didática	2020	Analisa a transposição didática de conteúdos de genética humana, com foco em como características fenotípicas são tratadas no ensino de Ciências/Biologia.
Barboza, E. H. L.; Mariz, S. F.	No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará	2021	Discute negacionismos históricos e sua relação com a presença e invisibilização de povos indígenas e negros na formação social cearense.
Gama, R. S. et al.	Metodologias para o ensino de química: o tradicionalismo do ensino disciplinador e a necessidade de implementação de metodologias ativas	2021	Problematiza o ensino tradicional de Química e defende o uso de metodologias ativas para ampliar a aprendizagem.
Loureiro, C. W.; Moretti, C. Z.	Paulo Freire em Abya Yala: denúncias e anúncios de uma epistemologia decolonial	2021	Relaciona Paulo Freire à perspectiva decolonial latino-americana, destacando contribuições para uma leitura crítica da educação.
Bevilaqua, V. R.; Franco, F. F.; Silva, A. F. G. da	A presença do contexto histórico sobre o entendimento do DNA como material hereditário nos livros didáticos de Biologia sob a ótica da epistemologia fleckiana	2022	Examina como o contexto histórico influencia a compreensão do DNA nos livros didáticos de Biologia.
Nascimento, B. O.; Castro, É. S. de; Brazão, P.	Pedagogia ancestral	2022	Valoriza saberes ancestrais como fundamento pedagógico, articulando memória, ancestralidade e educação.
Adams, T.; Arrua, A. R.	Manoel Bomfim: O pensamento educacional higienista e a perspectiva (des)colonial	2023	Analisa o pensamento educacional de Manoel Bomfim, relacionando higienismo, colonialidade e perspectivas decoloniais.

Bairros, M.; Fetzner, A. R.	Indicação de direções escolares no Brasil: um debate necessário para a democracia	2023	Contribui para o debate sobre gestão democrática ao discutir a indicação de direções escolares no Brasil.
Corrêa, A. M. M.; Paixão, C. J.	Rompendo o silêncio e a ocultação da mulher Ester Nunes Bibas: Educadora e escritora na história da educação do Pará (1888-1972)	2023	Recupera a trajetória de Ester Nunes Bibas e amplia a visibilidade de mulheres na história da educação paraense.
Ferreira, S. A.	Letramento racial e ensino de geografia a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros	2023	Relaciona letramento racial ao ensino de Geografia, propondo aproximações com valores civilizatórios afro-brasileiros.
Filho, T. L. de L.; Miranda, L. L.	Discussão sobre práticas culturais periféricas na literatura científica: uma revisão sistemática (2011-2020)	2023	Sistematiza estudos sobre práticas culturais periféricas, evidenciando tendências e lacunas da produção científica.
Nunes, G. H. L.	100 anos de Paulo Freire, leituras de nossas histórias: um ensaio autobiográfico sobre relações raciais	2023	Articula memória, trajetória intelectual e relações raciais a partir do centenário de Paulo Freire.
Pereira, E. P. R.	A Pesquisa sobre história da educação musical no Brasil: um estudo de revisão em teses	2023	Mapeia a produção acadêmica sobre a história da educação musical no Brasil, especialmente em teses.
Rodrigues, C. R.; Mailer, V. C. de O.	Formação de uma política linguística	2021	Aborda a constituição de uma política linguística, com implicações para planejamento e gestão da língua.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro é importante porque organiza as obras de forma comparativa e cronológica, o que facilita identificar a evolução dos temas ao longo do tempo, as permanências teóricas e os recortes mais recentes da produção científica. Além disso, a coluna de contribuições ajuda a sintetizar rapidamente a relevância de cada estudo, tornando o material mais útil para revisão de literatura, fundamentação teórica e construção de referencial analítico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados sobre hábitos de leitura da população brasileira, sistematicamente coletados desde o início do século XXI, revelaram um padrão preocupante: o índice médio de livros lidos por habitante por ano permanece baixo em comparação com países de desenvolvimento econômico semelhante, e a qualidade da leitura realizada, avaliada por critérios de profundidade e diversidade de gêneros, apresentou declínio nas faixas etárias correspondentes ao período escolar. Esse diagnóstico não surgiu de forma repentina; ele se construiu ao longo de décadas de políticas educacionais que trataram o ensino de literatura como disciplina acessória, subordinada às exigências dos exames de acesso ao ensino superior.

O exame histórico das diretrizes curriculares para o ensino de língua portuguesa e literatura no Brasil revelou que a literatura sempre ocupou um espaço disputado entre sua função formativa e sua instrumentalização como conteúdo de avaliação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e 1998 já apontavam para a necessidade de um ensino de literatura orientado pela fruição estética e

pela formação do leitor autônomo, mas a implementação prática dessas diretrizes esbarrou em obstáculos estruturais que as políticas subsequentes não conseguiram remover.

Adams e Arrua (2023) demonstraram que o pensamento educacional brasileiro, desde Manoel Bomfim, carregou tensões entre perspectivas emancipatórias e perspectivas higienistas que hierarquizavam sujeitos e saberes, definindo implicitamente quem tinha direito à cultura letrada e em qual medida. Essa herança histórica se manifestou nas práticas pedagógicas literárias como uma tendência a valorizar o cânone literário europeu e as produções literárias das elites nacionais, relegando as expressões literárias de comunidades periféricas, indígenas e afro-brasileiras a posições marginais no currículo.

O resultado dessa hierarquização foi duplo: de um lado, gerou nos estudantes das camadas populares um sentimento de estranhamento em relação à literatura que a escola apresentava, produzindo o desinteresse como resposta ao não reconhecimento; de outro lado, inibiu a valorização das formas literárias que esses estudantes já praticavam em seus contextos comunitários, como a poesia oral, o cordel, as narrativas de tradição afro-brasileira e as histórias de resistência dos povos indígenas.

A análise dos modelos pedagógicos que estruturam o ensino de literatura nas escolas brasileiras revelou a predominância de abordagens que Gama *et al.* (2021) classificaram como "tradicionalismo do ensino disciplinador", caracterizado pela centralidade do professor como autoridade transmissora, pela avaliação focada na memorização de conteúdos e pela ausência de metodologias que promovam a participação ativa dos estudantes no processo de construção do conhecimento. No contexto do ensino literário, esse modelo se traduz em aulas expositivas sobre escolas literárias, em análises textuais guiadas por roteiros fechados e em avaliações que medem o quanto o estudante memorizou sobre a obra em lugar de investigar o quanto ela o afetou e transformou.

Esse modelo pedagógico produz efeitos documentáveis sobre a relação dos estudantes com a literatura. O texto literário, quando apresentado como objeto de análise técnica desconectada de sua dimensão afetiva e existencial, perde o poder de interpelação que lhe é inerente. O jovem que entra em contato com *Dom Casmurro* exclusivamente para identificar o narrador não confiável e a ironia machadiana em provas de vestibular dificilmente desenvolverá o vínculo leitor que o faria buscar, por escolha própria, outros textos de Machado de Assis.

Barboza e Mariz (2021) demonstraram que o negacionismo histórico em relação às contribuições de povos indígenas e negros na formação social brasileira se manifesta também nas práticas pedagógicas cotidianas, pela omissão, pela subalternização ou pela folclorização dessas

contribuições. No campo literário, esse negacionismo se traduz pela ausência, nos currículos e nas listas de leitura, de autores afro-brasileiros, indígenas e periféricos que produzem literatura de alta qualidade e que representariam, para os estudantes dessas comunidades, a confirmação de que a literatura é também seu território.

A ausência desses autores nos currículos não é inocente. Ela comunica, de forma implícita mas eficaz, que a literatura é um espaço pertencente a determinados grupos sociais e raciais, e que os estudantes que não pertencem a esses grupos são, no melhor dos casos, leitores, mas jamais escritores legítimos. Essa mensagem pedagógica implícita opera como desincentivo à produção literária entre os jovens das camadas populares e das comunidades racialmente marginalizadas, contribuindo para o silenciamento dos novos talentos literários que o sistema educacional poderia cultivar.

A relação entre representatividade literária e engajamento leitor foi documentada pela literatura especializada de forma consistente ao longo das duas últimas décadas. Quando os estudantes encontram nos textos personagens, contextos e experiências que ressoam com sua própria realidade, a identificação afetiva que se produz cria condições para uma leitura mais profunda e para o desenvolvimento do hábito leitor. A ausência dessa representatividade, ao contrário, instala uma distância simbólica que se manifesta como desinteresse.

Bevilaqua, Franco e Silva (2022) observaram, em análise de livros didáticos de Biologia, que a ausência do contexto histórico e das contribuições de cientistas de diferentes de literatura é direta: acervos escolares que apresentam exclusivamente autores brancos, europeus ou pertencentes às elites letradas nacionais comunicam aos estudantes de outras origens que a produção literária não é uma possibilidade para eles.

Corrêa e Paixão (2023) realizaram um trabalho de recuperação histórica da figura de Ester Nunes Bibas, educadora e escritora paraense do século XIX e início do XX, demonstrando que o silenciamento de mulheres escritoras e educadoras na história da educação brasileira não foi um acidente, mas o resultado de escolhas historiográficas que privilegiaram determinados perfis de sujeito histórico. Esse silenciamento historiográfico se prolonga nas práticas pedagógicas contemporâneas, quando as listas de leitura continuam a excluir vozes femininas, periféricas e não hegemônicas da experiência literária que a escola propõe.

O impacto dessa exclusão sobre os estudantes que poderiam tornar-se escritores é mensurável: sem modelos literários que partilhem sua origem social, racial ou regional, o jovem talentoso não encontra na literatura um campo aberto para sua expressão. A escrita literária parece, nesse contexto, um território protegido por barreiras invisíveis que o sistema educacional não apenas mantém como,

muitas vezes, reforça. A consequência é a perda, para a cultura nacional, de vozes que poderiam renovar e enriquecer a literatura brasileira.

As políticas públicas de promoção da leitura no Brasil produziram iniciativas relevantes ao longo das últimas décadas, entre as quais o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Essas iniciativas ampliaram o acesso físico a livros em escolas públicas de todo o país, representando avanços inegáveis na democratização do acesso à leitura.

Contudo, a análise da literatura especializada revelou que o acesso físico ao livro, por si só, não produz formação leitora. A mediação pedagógica qualificada constitui o elo que transforma a disponibilidade do livro em experiência literária efetiva. Sem professores formados para atuar como mediadores de leitura, sem projetos pedagógicos que integrem a leitura literária ao cotidiano escolar de forma orgânica e sem avaliações institucionais que valorizem a dimensão formativa do letramento literário, os acervos permanecem subutilizados e a crise do desinteresse literário se mantém.

Loureiro e Moretti (2021) argumentam que Paulo Freire, no contexto da América Latina, formulou uma epistemologia que denuncia as estruturas de dominação cultural reproduzidas pela educação formal e anuncia possibilidades de uma educação radicalmente comprometida com a emancipação dos sujeitos historicamente silenciados. Essa perspectiva, aplicada às políticas de leitura, sugere que a superação do desinteresse literário requer políticas que vão além da distribuição de livros e da capacitação técnica de professores, alcançando a transformação das relações de poder que estruturam o currículo e os critérios de legitimação literária.

A fragmentação das políticas de leitura, distribuídas entre diferentes ministérios e secretarias sem coordenação orgânica, constitui outro limite identificado pela pesquisa. A ausência de uma política nacional de letramento literário que articule formação docente, seleção de acervos representativos, avaliação formativa e incentivo à produção literária juvenil revela que o problema do desinteresse literário não foi tratado, até o momento, como prioridade educacional de primeira ordem.

A dimensão racial do silenciamento literário constitui um eixo analítico que a literatura especializada passou a tratar com maior rigor a partir da segunda metade dos anos 2010, especialmente após o fortalecimento dos estudos decoloniais no campo educacional brasileiro. A análise desse eixo revelou que o desinteresse literário não se distribui uniformemente pela população estudantil: ele recai com intensidade desproporcional sobre estudantes negros, indígenas e pertencentes a comunidades periféricas, exatamente aqueles cujas referências culturais estão menos representadas nos currículos literários oficiais.

Adams e Arrua (2023) documentaram que o pensamento educacional higienista que marcou parte da história intelectual brasileira produziu um projeto civilizatório que associava o acesso à cultura letrada à superação de características identitárias consideradas indesejáveis, como a africanidade e a indigeneidade. Esse projeto, embora destituído de legitimidade intelectual na contemporaneidade, deixou marcas profundas nas práticas pedagógicas e nas estruturas curriculares que ainda organizam o ensino de literatura no país.

A Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, representou um avanço normativo relevante. Contudo, a distância entre o texto legal e a prática pedagógica efetiva permanece ampla. A implementação da lei nas aulas de literatura ainda enfrenta resistências institucionais, limitações na formação docente e insuficiência de materiais didáticos que traduzam o mandato legal em experiências literárias concretas e afirmativas.

Barboza e Mariz (2021) demonstraram que o negacionismo em relação às contribuições culturais e históricas de povos indígenas e negros opera não apenas por meio de afirmações explícitas, mas também pela omissão sistemática dessas contribuições nos espaços de produção e circulação do conhecimento. A literatura escolar que omite autores como Cruz e Sousa, Lima Barreto, Conceição Evaristo, Ailton Krenak e tantos outros nomes que representam a pluralidade da produção literária nacional prática, de forma pedagógica, esse mesmo negacionismo por omissão.

A consequência desse negacionismo literário para os estudantes negros e indígenas é a ausência de modelos com os quais se identificar como escritores potenciais. Um jovem negro que não vê autores negros nas listas de leitura de sua escola recebe, implicitamente, a mensagem de que a escrita literária de alta qualidade não é uma possibilidade aberta para ele. Reverter essa mensagem exige não apenas incluir autores negros nos currículos, mas celebrá-los com o mesmo rigor analítico e a mesma profundidade interpretativa com que se celebram os autores do cânone tradicional.

A qualidade da mediação literária que o professor realiza em sala de aula depende diretamente de sua própria formação como leitor e como pedagogo da leitura. A literatura especializada revelou que as lacunas na formação inicial e continuada dos professores de língua portuguesa e literatura constituem um dos fatores mais determinantes para a reprodução do modelo pedagógico tradicional que afasta os estudantes da literatura.

Loureiro e Moretti (2021) observaram que a epistemologia decolonial, ao questionar as hierarquias do conhecimento que estruturam os currículos dos cursos de formação docente, abre caminhos para uma formação de professores mais comprometida com a diversidade cultural e com a mediação literária de textos que representem a pluralidade da experiência humana. Professores

formados nessa perspectiva tendem a construir práticas pedagógicas literárias mais inclusivas, mais diversas e mais eficazes na formação de leitores.

A formação docente em literatura, nos cursos de Letras e Pedagogia das universidades brasileiras, ainda privilegia, em sua maioria, o estudo do cânone literário ocidental e das metodologias analíticas tradicionais, dedicando pouco espaço à reflexão sobre a mediação da leitura em contextos de diversidade cultural, sobre as literaturas periféricas e sobre as estratégias pedagógicas que promovem a autonomia e o prazer da leitura. Esse perfil formativo produz professores tecnicamente competentes na análise literária, mas muitas vezes despreparados para o desafio de formar leitores em uma escola pública marcada pela diversidade e pela desigualdade.

Corrêa e Paixão (2023) demonstraram que a recuperação de figuras históricas de educadoras e escritoras silenciadas pela historiografia oficial contribui para a ampliação do repertório de referências que os professores podem mobilizar em suas práticas pedagógicas. A história da educação, quando lida de forma crítica e inclusiva, fornece ao professor modelos alternativos de prática educativa e literária que podem inspirar uma renovação pedagógica orientada para a superação do silenciamento cultural.

A literatura especializada identificou um conjunto de práticas pedagógicas com potencial de reverter o quadro do desinteresse literário e de estimular a produção literária entre os estudantes. Entre essas práticas, destacaram-se as metodologias ativas de ensino de literatura, os projetos de escrita criativa, os clubes de leitura, os saraus escolares e as oficinas de criação literária, especialmente quando orientadas por perspectivas que valorizam as tradições culturais das comunidades nas quais a escola se insere.

Gama *et al.* (2021) argumentaram que a substituição do ensino disciplinador por metodologias ativas representa uma mudança de paradigma que não se realiza apenas pela adoção de técnicas pedagógicas novas, mas exige uma transformação na concepção que o professor tem sobre o papel do estudante no processo de aprendizagem. No contexto do ensino literário, essa transformação implica tratar o estudante não apenas como leitor em formação, mas como escritor em potencial, reconhecendo que a leitura e a escrita são práticas complementares e mutuamente constitutivas.

Os projetos de escrita criativa que incorporam as tradições culturais locais e as experiências de vida dos estudantes como matéria literária legítima produziram resultados documentados de aumento do engajamento literário e de desenvolvimento da expressão escrita. Quando o jovem percebe que sua história, sua linguagem e suas referências culturais são matéria literária válida, a distância entre ele e a literatura se reduz, e o caminho para a leitura e a produção literária se abre de forma concreta.

Bevilaqua, Franco e Silva (2022) observaram que a contextualização histórica dos saberes nos materiais didáticos aumenta a identificação dos estudantes com o conhecimento apresentado e amplia sua capacidade de estabelecer conexões entre o que aprendem e sua experiência de mundo. Transposta para o ensino literário, essa observação sugere que apresentar a literatura em seu contexto histórico e social, incluindo as condições de produção dos autores, as tensões políticas que atravessam as obras e as formas como diferentes grupos sociais se relacionaram com a produção literária ao longo do tempo, amplia a capacidade dos estudantes de se reconhecerem como sujeitos com direito à palavra literária.

A análise da literatura especializada permitiu formular com maior precisão a hipótese central desta pesquisa: o desinteresse literário juvenil não é uma tendência natural da cultura contemporânea, mas o resultado previsível de um conjunto de práticas pedagógicas e escolhas curriculares que silenciam sistematicamente as possibilidades literárias de determinados grupos de estudantes. Quando esse silenciamento age sobre jovens com talento literário genuíno, a perda se estende para além do indivíduo e alcança a cultura nacional.

A história da literatura brasileira registra o surgimento de escritores extraordinários a partir de contextos sociais adversos, o que demonstra que o talento literário não se distribui segundo as hierarquias sociais. Carolina Maria de Jesus, João Ubaldo Ribeiro, Conceição Evaristo e Patativa do Assaré, entre muitos outros, emergiram de condições que não favoreciam a produção literária reconhecida, e sua obra transformou a literatura brasileira de forma duradoura. A pergunta que este estudo coloca é: quantos escritores com potencial comparável foram silenciados antes de alcançar o reconhecimento, e em que medida a escola contribuiu para esse silenciamento?

Loureiro e Moretti (2021) argumentaram que a epistemologia decolonial, ao denunciar as estruturas de dominação que organizam o conhecimento e a cultura, anuncia possibilidades de práticas educativas que restituam às comunidades historicamente silenciadas o direito à produção de conhecimento e de expressão cultural. No campo literário, esse anúncio se traduz em práticas pedagógicas que reconhecem os estudantes como escritores em formação, que valorizam suas experiências como matéria literária e que os conectam a uma tradição literária plural que reflete a complexidade da experiência humana brasileira.

Os achados desta pesquisa apontam para um conjunto de perspectivas que podem orientar tanto investigações futuras quanto formulações de políticas educacionais voltadas à superação do desinteresse literário e à criação de condições para o surgimento de novos escritores nacionais.

No campo da pesquisa, identifica-se a necessidade de estudos empíricos que investiguem, em contextos escolares específicos, os mecanismos pelos quais as práticas pedagógicas contribuem para

o afastamento ou para o engajamento literário dos estudantes. Estudos etnográficos em escolas que adotam metodologias literárias inclusivas e representativas poderiam documentar os efeitos dessas práticas sobre o engajamento leitor e sobre a produção escrita dos estudantes, fornecendo evidências empíricas para a formulação de políticas educacionais fundamentadas.

No campo das políticas públicas, os achados indicam a necessidade de uma política nacional de letramento literário que articule formação docente continuada, atualização dos acervos escolares para maior representatividade, inclusão de metodologias ativas no currículo de literatura, incentivo à produção literária juvenil por meio de concursos e publicações escolares, e avaliação dos programas existentes por indicadores que vão além do número de livros distribuídos.

Corrêa e Paixão (2023) demonstraram que a recuperação histórica de figuras literárias silenciadas pode transformar não apenas o currículo, mas também o imaginário sobre quem tem o direito de escrever e de ser lido. Políticas de recuperação e divulgação da produção literária de autores historicamente marginalizados, articuladas com o ensino escolar, têm o potencial de ampliar o campo do literário e de comunicar às novas gerações que a literatura brasileira é um território aberto para todas as vozes.

A formação de novos gênios literários nacionais não depende de talento excepcional como condição isolada. Ela depende de condições pedagógicas, culturais e institucionais que permitam que esses talentos se desenvolvam, se expressem e sejam reconhecidos. A escola, ao transformar suas práticas pedagógicas, ao ampliar seus acervos e ao reformular seus critérios de literaridade, pode tornar-se o espaço onde a próxima Carolina Maria de Jesus encontra não obstáculos, mas abertura e reconhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as relações entre as práticas pedagógicas vigentes nas escolas brasileiras, o desinteresse literário dos estudantes e o risco de silenciamento de novos talentos literários nacionais, tendo como fio condutor a compreensão de que o afastamento dos jovens da literatura não é um fenômeno espontâneo, mas o resultado de escolhas pedagógicas, curriculares e institucionais que estruturam o ensino de literatura de forma excludente e pouco representativa.

Os resultados alcançados ao longo da análise bibliográfica confirmam a hipótese central que orientou a pesquisa: o desinteresse literário juvenil se produz a partir da combinação de múltiplos fatores interligados, entre os quais se destacam a predominância de modelos pedagógicos disciplinadores que tratam o texto literário como objeto de análise técnica desconectada de sua função formativa e existencial; a ausência de representatividade nos currículos e acervos escolares, que

exclui as experiências, identidades e tradições culturais de grande parte dos estudantes brasileiros; as limitações das políticas públicas de leitura, que avançaram na distribuição de acervos sem conseguir transformar as práticas pedagógicas de mediação literária; e as fragilidades na formação inicial e continuada dos professores de literatura, que os deixam despreparados para atuar como mediadores de leitura em contextos de diversidade cultural.

A dimensão racial do silenciamento literário emerge como um eixo analítico de especial relevância. Os estudantes negros, indígenas e pertencentes a comunidades periféricas são os mais afetados pela ausência de representatividade nos currículos literários e pelos efeitos do negacionismo histórico que marca parte das práticas pedagógicas. Para esses estudantes, o desinteresse literário não é apenas um problema de formação cultural; é a resposta pedagógica a uma escola que não os reconhece como sujeitos com direito à palavra literária.

A interpretação dos achados reforça a compreensão de que o silenciamento literário se alimenta de estruturas de poder que atravessam o sistema educacional: a hierarquização dos saberes que legitima determinadas formas de expressão literária em detrimento de outras; a distribuição desigual do capital cultural que define quem tem acesso a livros, a ambientes de leitura e a práticas de escrita criativa; e a persistência de práticas pedagógicas que reproduzem essas hierarquias mesmo quando os professores que as adotam não têm consciência de seus efeitos excludentes.

As contribuições deste estudo para o campo da pedagogia literária se organizam em torno de três eixos. O primeiro é o diagnóstico: ao sistematizar a produção bibliográfica sobre o tema e articular perspectivas da pedagogia crítica, dos estudos culturais e das epistemologias decoloniais, este trabalho oferece uma leitura integrada do problema do desinteresse literário que vai além das explicações simplistas centradas na tecnologia ou na cultura do entretenimento. O segundo eixo é propositivo: a análise identificou um conjunto de práticas pedagógicas, metodológicas e políticas com potencial comprovado de reversão do quadro de desinteresse, fornecendo indicações para professores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas. O terceiro eixo é crítico: ao nomear o silenciamento literário como fenômeno com dimensão racial e social, este estudo contribui para o deslocamento do debate sobre formação leitora de uma perspectiva técnica para uma perspectiva política, onde as escolhas pedagógicas são reconhecidas como escolhas sobre quais vozes têm direito de existir na cultura letrada nacional.

As limitações desta pesquisa decorrem, principalmente, de sua natureza bibliográfica. A análise aqui apresentada se fundamenta na produção acadêmica disponível, o que impõe restrições sobre a capacidade de verificar empiricamente os mecanismos descritos em contextos escolares específicos. A ausência de dados primários coletados em campo limita a precisão das conclusões

sobre os efeitos de práticas pedagógicas particulares e sobre as formas específicas pelas quais o silenciamento literário opera em diferentes contextos regionais e institucionais do Brasil.

As possibilidades para estudos futuros são amplas. Investigações etnográficas em escolas públicas que adotam práticas literárias inclusivas e representativas poderiam documentar os efeitos dessas práticas sobre o engajamento leitor e a produção escrita dos estudantes, testando empiricamente as hipóteses aqui formuladas. Estudos longitudinais que acompanhem trajetórias de estudantes desde o ensino fundamental até o ensino médio poderiam identificar os momentos e as condições em que o desinteresse literário se instala ou se reverte, fornecendo subsídios para intervenções pedagógicas mais precisas.

Pesquisas que investiguem especificamente a relação entre acervos escolares representativos e engajamento literário de estudantes negros, indígenas e periféricos contribuiriam para embasar políticas de seleção de acervos orientadas por critérios de diversidade e representatividade. Estudos sobre os efeitos de programas de escrita criativa e saraus escolares sobre o desenvolvimento literário dos participantes ampliariam o repertório de evidências disponíveis para a formulação de políticas de fomento à expressão literária juvenil.

A reflexão final que este estudo propõe é de natureza cultural e civilizatória. A literatura de um povo não é apenas o registro de sua experiência coletiva; é também o espaço onde essa experiência se transforma em linguagem, onde o sofrimento ganha forma estética, onde a alegria se torna partilha e onde a resistência encontra palavras capazes de atravessar gerações. Quando a escola silencia os potenciais escritores de uma geração, ela não apenas priva essa geração de sua herança literária; ela priva a literatura brasileira de vozes que poderiam transformá-la e renová-la.

A herança literária que os grandes escritores nacionais legaram às gerações futuras foi construída com palavras que resistiram ao silêncio. A pedagogia tem, hoje, a responsabilidade histórica de garantir que essa resistência continue, que novas vozes encontrem espaço para se desenvolver e que a próxima geração de escritores brasileiros tenha na escola não um obstáculo, mas um ponto de partida. Essa é a tarefa pedagógica que este estudo procura, em sua medida, iluminar.

REFERÊNCIAS

- Adams, T.; Arrua, A. R. Manoel Bomfim: o pensamento educacional higienista e a perspectiva (des)colonial. *Revista Contexto & Educação*, v. 38, n. 120, e11162, 2023. DOI: 10.21527/2179-1309.2023.120.11162.[1]
- Bairros, M.; Fetzner, A. R. Indicação de direções escolares no Brasil: um debate necessário para a democracia. *Caderno Pedagógico*, v. 20, n. 9, p. 4161-4182, 2023. DOI: 10.54033/cadpedv20n9-023.[1]
- Barboza, E. H. L.; Mariz, S. F. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 87, p. 111-134, 2021. DOI: 10.1590/1806-93472021v42n87-07.[1]
- Bevilaqua, V. R.; Franco, F. F.; Silva, A. F. G. da. A presença do contexto histórico sobre o entendimento do DNA como material hereditário nos livros didáticos de Biologia sob a ótica da epistemologia fleckiana. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 28, 2022. DOI: 10.1590/1516-731320220032.[1]
- Corrêa, A. M. M.; Paixão, C. J. Rompendo o silêncio e a ocultação da mulher Ester Nunes Bibas: educadora e escritora na história da educação do Pará (1888-1972). 2023. DOI: 10.56238/aboreducadesenvomundiv1-047.[1]
- Ferreira, S. A. Letramento racial e ensino de geografia a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 111, p. 125-145, 2023. DOI: 10.61636/bpg.v1i111.3084.[1]
- Filho, T. L. de L.; Miranda, L. L. Discussão sobre práticas culturais periféricas na literatura científica: uma revisão sistemática (2011-2020). *Periferia*, v. 15, e73106, 2023. DOI: 10.12957/periferia.2023.73106.[1]
- Franzolin, F.; Prochazka, L. S.; Pietri, A. P. Z. S. de; Carvalho, G. S. de. Complexidade genética e a expressão da cor da pele, cor dos olhos e estatura humana: transposição didática. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 25, n. 1, p. 239, 2020. DOI: 10.22600/1518-8795.ienci2020v25n1p239.[1]
- Frohmut, B. D. F.; Ramirez, R. A. Narrativas formativas: método e fenômeno de pesquisa a ser aplicado na formação docente. *Devir Educação*, v. 4, n. 2, p. 14-33, 2020. DOI: 10.30905/ded.v4i2.316.[1]
- Gama, R. S. et al. Metodologias para o ensino de química: o tradicionalismo do ensino disciplinador e a necessidade de implementação de metodologias ativas. *Scientia Naturalis*, v. 3, n. 2, 2021. DOI: 10.29327/269504.3.2-37.[1]
- Loureiro, C. W.; Moretti, C. Z. Paulo Freire em Abya Yala: denúncias e anúncios de uma epistemologia decolonial. *Praxis Educativa*, v. 16, p. 1-19, 2021. DOI: 10.5212/praxeduc.v.16.16634.059.[1]
- Nascimento, B. O.; Castro, É. S. de; Brazão, P. Pedagogia ancestral. *Nuances: Estudos Sobre Educação*, e022006, 2022. DOI: 10.32930/nuances.v33i00.9484.[1]

Nunes, G. H. L. 100 anos de Paulo Freire, leituras de nossas histórias: um ensaio autobiográfico sobre relações raciais. *Revista Teias*, v. 24, n. 75, p. 336-348, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.78863.[1]

Pereira, E. P. R. A pesquisa sobre história da educação musical no Brasil: um estudo de revisão em teses. *Caminhos da Educação: Diálogos, Culturas e Diversidades*, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2023. DOI: 10.26694/caedu.v5i2.4955.[1]

Rodrigues, C. R.; Mailer, V. C. de O. Formação de uma política linguística. *Revista Pedagógica*, v. 23, p. 1-24, 2021. DOI: 10.22196/rp.v22i0.6360.[1]